



ESTADO DE MINAS GERAIS
 INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
 URFBio Sul- Supervisão

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL - PRORROGAÇÃO

Nº DO DOCUMENTO: 10030000040C/19

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção Ambiental SEM AAF - Processo Especial	10030000040C/19 2100.01.0031267/2021-91	NAR DE PASSOS
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.		CPF/CNPJ: : 06.981.180/0001-16.
Endereço: Avenida Barbacena, Nº 1200, 6º andar, ala B1.		Bairro: Santo Agostinho.
Município: Belo Horizonte	UF: MG	CEP: 30.190-131
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: ASV-DE emitido conforme art. 10 do Decreto Estadual n. 47.749/19.		CPF/CNPJ:
Endereço:		Bairro:
Município: 1) Passos; 2) Alpinópolis; 3) Alterosa; 4) Arceburgo; 5) Bom Jesus da Penha; 6) Capetinga; 7) Carmo do	UF: MG	CEP:

Rio Claro; 8) Cássia; 9) Claraval; 10) Conceição da Aparecida; 11) Delfinópolis; 12) Fortaleza de Minas; 13) Guapé; 14) Guaranésia; 15) Ibiraci; 16) Illicínea; 17) Itamogi; 18) Itaú de Minas; 19) Jacuí; 20) Monte Santo de Minas; 21) Pratápolis; 22) São João Batista do Glória; 23) São José da Barra; 24) São Sebastião do Paraíso; 25) São Tomás de Aquino.

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: ASV-DE emitido conforme art. 10 do Decreto Estadual n. 47.749/19.

Área Total (ha):

Registro nº: ASV-DE emitido conforme art. 10 do Decreto Estadual n. 47.749/19.

Município/UF: 1) Passos; 2) Alpinópolis; 3) Alterosa; 4) Arceburgo; 5) Bom Jesus da Penha; 6) Capetinga; 7) Carmo do Rio Claro; 8) Cássia; 9) Claraval; 10) Conceição da Aparecida; 11) Delfinópolis; 12) Fortaleza de Minas; 13) Guapé; 14) Guaranésia; 15) Ibiraci; 16) Illicínea; 17) Itamogi; 18) Itaú de Minas; 19) Jacuí; 20) Monte Santo de Minas; 21) Pratápolis; 22) São João Batista do Glória; 23) São José da Barra; 24) São Sebastião do Paraíso; 25) São Tomás de Aquino.

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): N/A

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Intervenção em APP COM supressão de vegetação nativa	1,1466	ha
Supressão da cobertura vegetal nativa SEM destoca	4,5864	ha
Corte ou aproveitamento de árvores isoladas nativas vivas	215	un
Intervenção em APP SEM supressão de vegetação nativa	0,6879	ha

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA				
Uso a ser dado à área		Especificação	Área (ha)	
Rede de Distribuição Rural CEMIG		Energização	6,4209	
6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL				
Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata Atlântica/Cerrado	5,7330	Floresta Estacional Semidecidual Cerrado	Mata Atlântica - Estágio Inicial	5,7330
Mata Atlântica/Cerrado	0,6879	área antropizada		0,6879
Total:	6,4209		Total:	6,4209
7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO				
Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade	
LENHA	Nativa	25,76	M ³	
MADEIRA	Nativa	328,98	M ³	
8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA				
ALESSANDRO FRANCISCO DOS SANTOS - MASP: 1150272-1				
Data da Vistoria: 22 de julho de 2019				
9. VALIDADE				
Data de Emissão: 23/08/2021 Validade: 25 de julho de 2021 a 25 de julho de 2024		Observações: ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.		
10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA				
ASV-DE emitido conforme art. 10 do Decreto Estadual n. 47.749/19.				
11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)				

1 – Apresentação de 02 (dois) relatórios técnicos, com a devida ART, contendo os dados quantitativos e qualitativos das intervenções realizadas, sendo o primeiro um ano após emissão da autorização e o segundo em até 30 dias após o vencimento do DAIA , detalhando no relatório conforme abaixo:

A) Áreas georreferenciadas provenientes da supressão de vegetação nativa, assim como rendimento lenhoso.

B) Quantidade de indivíduos arbóreos isolados cortados, especificando espécie e georreferenciamento de cada uma, assim como rendimento lenhoso oriundo do corte. Discriminar entre o quantitativo apresentado aquelas em extinção/protegidas, além do total constante no Bioma Mata Atlântica.

C) Áreas de intervenção em APP, devidamente georreferenciadas.

Os relatórios e dados georreferenciados deverão ser apresentados em meio físico e digital, sendo o geo na extensão shapefile e, caso seja possível, KML.

2 - Cadastrar os relatórios anuais previstos no SINAFLO, no mesmo prazo concedido de protocolo dos relatórios, como Autorização de Utilização de Matéria Prima Florestal - AUMPF, vinculados a ASV anteriormente cadastrada.

3 - Apresentar em até 30 (trinta dias) após vencimento do DAIA o Projeto de Compensação total das áreas de intervenção em APP (Resolução CONAMA 369/06) e corte de árvores isoladas (DN 114/2008) relacionadas, conforme relatórios anuais apresentados.

4 - O volume apurado não poderá ser transportado podendo ser utilizado na propriedade de realização do corte nos casos que couber, devendo a CEMIG registrar junto ao proprietário a volumetria resultante, para acobertamento de origem do uso na propriedade.

12. OBSERVAÇÃO

O DAIA NÃO autoriza:

1 - Supressão de vegetação nativa do bioma Mata Atlântica primário ou secundário em estágio médio e avançado de regeneração.

2 - Intervenções em UC de proteção integral, em áreas de Reserva Legal devidamente averbadas ou declaradas no CAR.

3 - Intervenção em áreas urbanas.

4 - Intervenção, quantitativo de árvores e volume superior ao estipulado no documento.

Prorrogação DAIA 10030000040C/19

Considerando a publicação do Decreto 4774/2019 a **medida número 1 do campo 11** fica ajustada com apresentação de 03 (três) relatórios técnicos, com a devida ART, contendo os dados quantitativos e qualitativos das intervenções realizadas, sendo o primeiro um ano após emissão da autorização, o segundo dois anos após emissão da autorização e o terceiro em até 30 dias após o vencimento do DAIA.

A autorização não se aplica às Unidades de Conservação de Uso Sustentável, sendo que no caso de APA a CEMIG deverá verificar viabilidade de instalação de forma específica, devendo obter junto ao gestor da unidade de conservação manifestação que o excludente não se aplica considerando eventuais zoneamentos restritivos (Ofício IEF/URFBioSul N° 282/2019).

Cadastro SINAFLO - Fica o requerente ciente que a emissão da autorização está condicionada a eventual adequação no sistema do cadastro realizado caso seja notificado pelo IEF.

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira, Supervisor(a)**, em 24/08/2021, às 13:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **34233515** e o código CRC **68BF4DDF**.